

GILBERTO FREYRE E SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA: NAÇÃO E CASERNA NO BRASIL MODERNO**GILBERTO FREYRE AND SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA: NATION AND BARRACKS IN MODERN BRAZIL**

DOI 10.5281/zenodo.13856824

Ronaldo Queiroz de Morais¹

Resumo: O presente artigo aporta leitura crítica de duas conferências proferidas, nas Escolas Militares de Oficiais, por Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda com o objetivo problematizar e relacionar o fluxo das ideias desses intelectuais públicos ao modo de produção do pensamento militar, na contextura epocal de construção do Brasil moderno. Isto é, compreender a história política nacional a partir de acontecimento registrado no âmago do aparato cognitivo castrense, pois a presença de intérpretes do Brasil palestrando no alto comando infere o impacto pragmático de suas obras sobre o pensamento militar.

Palavras-chave: Intérpretes. Nação. Exército.

Abstract: This article provides a critical reading of two conferences given at the Military Officer Schools by Gilberto Freyre and Sérgio Buarque de Holanda with the aim of problematizing and relating the flow of ideas of these public intellectuals to the mode of production of military thought in the epochal context of the construction of modern Brazil. That is, understanding national political history based on an event recorded at the heart of the military's cognitive apparatus, as the presence of interpreters from Brazil speaking at the high command infers the pragmatic impact of their works on military thought.

Keywords: Interpreters. Nation. Army.

[...] Entendemos que o corpo de oficiais pertence a outra classe social, diferente da nossa, e que o oficial, apesar de ter toda boa vontade, não consegue identificar-se com ela de maneira tão perfeita como o fazemos nós, em nossa condição de indivíduos diante de uma máquina ou atrás do arado. Isto se revelava sempre por meio de um certo número de declarações um pouco ingênuas; e tive assim a sensação de que, por causa de um trabalho de esclarecimento mal conduzido, a autoridade do oficial podia ver-se diminuída até mesmo no plano militar, onde era então muito sólida. De fato, a tropa não aceita de maneira

¹ Membro Pesquisador do IHGRGS – Doutor em História Social (USP). E-mail: E-mail: ronaldoqueirozster@gmail.com - Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3743-7970>.

incondicional essa autoridade em um campo em que ela se arvora o direito de ser a dona absoluta.

Max Weber – Conferência Sobre Socialismo Para Oficiais Superiores do Exército Austríaco – 1918

[...] Dentro da tendência ao equilíbrio de antagonismo, ao meu ver característica da formação brasileira como já fora da portuguesa, o Exército se tem, quase sempre, mantido, entre nós, força de coordenação de contrários.

Gilberto Freyre – Conferência Nação e Exército na Escola de Comando do Estado-Maior do Exército – 1948

[...] O que acredito possível às gerações de hoje é que tenham plena consciência daquilo que nos falta ainda para que a democracia autêntica não permaneça apenas uma permanente e vaga aspiração. [...] Por esse caminho, o homem brasileiro haverá de enfim realizar-se integralmente, e não pelos caminhos indicados por uma tênue minoria que, julgando representá-lo, em verdade o esmaga e o dissimula.

Sérgio Buarque de Holanda – Conferência Elementos Básicos da Nacionalidade na Escola Superior de Guerra – 1967

Introdução

Todo o labor intelectual consiste na premissa que identifica o militar como substância de ordem diferente do corpo civil. De fato, o militar não é produto do mesmo barro de Adão. O sopro divino engendrou os primeiros humanos, porém o militar, sobretudo o homem fardado moderno, constitui fruto de árvore da burocracia, voltado à destruição em massa nas guerras, ou melhor, ao exterminismo no campo de batalha, que consiste na transformação das energias vivas nacionais em morte, cada vez mais, abstrata. A formação de Estado-nação foi, essencialmente, a transformação de proletários das fábricas em soldados-operários, por meio do serviço militar obrigatório, a fim de assegurar os interesses nacionais do capital. A identidade nacional e o conceito de nação são elementos de força no processo de militarização da sociedade civil. Em substância, sociedades modernas carregam importante potencial militarizante e o patriotismo é identidade inclinada ao campo de batalha em detrimento da cidadania. Enfim, o patriota do século XX é o soldado pronto para o combate na defesa das cores nacionais, jamais o revolucionário da luta por direitos modernos.

Conferências de intelectuais apresentadas na caserna ao público fardado é parte do processo estratégico que arrasta o sábio paisano ao modo de produção cognitivo-militar. Os oficiais como ouvintes nas conferências de civis têm comportamento distinto do público acadêmico. Até as teorias mais sólidas da sociedade civil volatilizam no interior do cérebro militar, graças às estruturas eficientes de disciplina e hierarquia. Os militares vivem em instituição total, na qual nada pode ser superior ao corpo fardado. A sociedade militar é o paradigma moderno para o corpo político. A crescente especialização da guerra na modernidade tem transformado o saber belicoso em assunto estranho aos paisanos. Assim, há uma situação de certo constrangimento ao intelectual quando deve tecer pensamento acadêmico diante de público militar. A gramática parece ser outra. Mesmo Max Weber (1993), o eminente intérprete do mundo moderno, quando diante de oficiais superiores do exército austríaco demonstrou conviver em situação embaraçosa, visto que ignorava os conhecimentos de base, as relações internas referentes ao funcionamento do aparato militar da Áustria. Ou seja, possuía baixo conhecimento sobre as premissas indispensáveis de compreensão dos mecanismos que permitem aos oficiais adquirirem ascendência sobre a tropa. No entanto, com base no “critério da rã”, do olhar de baixo para cima, ele observa a tropa com o intuito de alcançar os comandantes. De início acentua que os militares pertencem a uma outra classe social, diferente da nossa e que há enorme resistência do homem fardado em abrir mão de autoridade sobre tema que julga ser monopólio da caserna. Encerra a conferência, afirmando que é a disciplina que condiciona o caráter das organizações militares e que assegura o poder indestrutível da autoridade militar. Com efeito, há uma massa de soldados, tal como Odisseu, presos à jaula de ferro da burocracia moderna e que, portanto, somente ouve o canto hipnótico e verticalizado da instituição castrense. São, efetivamente, corpos de outra natureza.

Ainda assim, as instituições castrenses, mesmo isoladas em seu próprio mundo, são construções epocais e nacionais. A matéria-prima da qual é lapidado o corpo militar advém da sociedade civil e é produto de campo histórico-político. É aqui que se faz importante problematizar as duas conferências realizadas por intérpretes do Brasil na

caserna. A interpretação da nação transborda a descrição da realidade nacional, pois é, *grosso modo*, ato de criação da identidade brasileira. Foi nos anos 30 que Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, intelectuais públicos, produziram os clássicos da interpretação do Brasil, em contexto de ampla paisagem social, na qual Getúlio Vargas operava a construção política do Brasil moderno. São intérpretes e, também de certo modo, artífices da invenção da nação brasileira. As conferências são documentos históricos fundamentais para a elaboração de leitura crítico-sensível da formação da instituição militar moderna no pós-guerra. Os intérpretes do país adentraram no mundo castrense com a finalidade de tocar em tema do qual os militares brasileiros insistem em manter monopólio: nação/nacionalidade. Eles não são especialistas do assunto militar, malgrado abrem veredas seminais com objetivo de compreender a construção moderna da máquina de guerra que interpela a sociedade civil, amiúde, com a finalidade de manter o papel de protagonista na política brasileira.

O termo nação e o vocabulário do qual deriva o nacionalismo e o elã patriota das massas no século XX, segue o esforço conceitual posto por Eric Hobsbawm (1990), que descreve como corpo social cujos membros se consideram identificados como pertencentes a uma “nação”. Todavia, mesmo que a nação possa ser imaginada em cenário de proto-nacionalidade, os efeitos políticos identitários são invenções ou construções do Estado-nação a começo da segunda parte do século XIX na Europa. São os Estados que formaram as nações e as identidades nacionais. Construção que marca uma nova fase da história do capitalismo contemporâneo. A educação de massa e o serviço militar obrigatório transformaram a escola e o exército em máquinas cognitivas de produção e reprodução das identidades nacionais. Foi exatamente na contextura da Era Vargas que o Brasil tardiamente desdobra política de construção nacional, na qual o Exército teve um papel significativo, principalmente, no Estado Novo.

A primeira conferência foi proferida por Gilberto Freyre em 1948 na Escola de Comando do Estado-Maior do Exército (ECEME) com o título “Nação e Exército” e a segunda proferida por Sérgio Buarque na Escola Superior de Guerra (ESG) em 1967 com o título “Elementos Básicos da Nacionalidade: o Homem”. Nas duas conferências

a presidência da república estava sendo exercida por general: Dutra e Costa e Silva. Impossível negligenciar tal fato. Como tangenciar o elemento militar do país da Casa-grande & Senzala ou das próprias raízes do Brasil? Fundamentalmente, diante de plateia fardada. Da mesma forma que é impossível descolar o trabalho intelectual dos intérpretes do Brasil da criação política do conceito de nação e de nacionalidade brasileira. É nesse contexto-problema que faço a leitura das conferências como documento histórico seminal para compreender a invenção militar republicana do aparato burocrático moderno e da própria nação.

OS INTÉRPRETES DO BRASIL E OS CONFLITOS DA MODERNIDADE

Os intérpretes do Brasil produziram uma paisagem social de longa duração da nação. A abertura dos portões das armas para conferências de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda indicia que há, em suas interpretações, elementos que são fundamentais para alimentar ideologicamente a máquina de guerra. A caserna consome energia intelectual da sociedade civil, isto é, suga saberes dos intelectuais públicos. Contudo, ela ressignifica e constrói sua própria interpretação da nação. Há uma interpretação militar da nação brasileira, que consiste na mensuração do elemento humano para o combate. Parto da premissa de que a presença de intérpretes do Brasil no âmago de escolas militares de alto comando infere o impacto pragmático de suas obras sobre o imaginário castrense. É preciso uma breve exposição dos conceitos e teses centrais das obras “Casa-grande & Senzala” e “Raízes do Brasil” com a intenção de tecer laços entre a produção intelectual e a visão militar da nação brasileira. Nesse momento, cabe erguer relação entre a identidade nacional criada a partir dos clássicos e a representação militar da nação.

Casa-grande & Senzala é obra clássica, porque compõe texto incontornável com a intenção de construir a paisagem nacional brasileira. Apesar da crítica contundente ao pensamento do autor, fundamentalmente no pós-guerra, com sua inclinação política ao governo ditatorial militar, a tese da obra está solidificada no imaginário nacional, no

Brasil conservador preso à forma social escravista e a ideologia de dominação colonial. Nesse sentido, a obra foi e será referência para a compreensão desse Brasil que não se transforma, persiste preso ao passado idealizado e à prática de exclusão política e social da massa de brasileiros pobres e negros. Trata-se de intelectual público que referenda, com importante peso teórico, a descrição idílica das relações de dominação colonial e patriarcal. Na obra, o real vivido é substituído por uma realidade de espectro literário, de modo que as contradições e a violência social são esbatidas em benefício do equilíbrio de texto narrativo sem o rigor objetivo da razão crítica. A descrição das raças formadoras da sociedade brasileira é o ponto de inflexão inovador e progressista, pois com base na antropologia as descreve no quadro de uma síntese positiva da nação. É a mestiçagem que nos marca como nacionalidade positiva. O Brasil de Gilberto Freyre é mestiço. E é no cenário de mistura completa das raças que, independentemente das relações de exploração escravista e da própria violência sexual, emerge poeticamente uma nação distante das práticas racistas. Por essa vereda ficcional, o Brasil é o país da democracia racial. Eis o mito essencial de Casa-grande & Senzala, apartado de qualquer cientificidade, não obstante, objetivamente, presente na ideologia dominante nacional: ontem, hoje e amanhã. A obra substancia uma modernidade que faz jus à mudança sem profundidade significativa. As ideias de Gilberto Freyre corroboram a história imaginada das elites brancas referente à nação que naturaliza a violência cotidiana aplicada, amiúde, contra as “raças” subalternas. Consoante Fenando Henrique Cardoso (2013): “no fundo, a história que ele conta era a história que os brasileiros, ou pelo menos a elite que lia e escrevia sobre o Brasil, queria ouvir”. São ideias que atuam como política de boa consciência com o intuito de contornar o mal-estar civilizacional do Brasil conservador.

Sem dúvida, Gilberto Freyre é o mestre do equilíbrio dos contrários. Ele apresenta as profundas contradições entre a casa-grande e a senzala, todavia tangencia a explicação dialética no afã de construir o equilíbrio dos contrários. Há importante costura intelectual com o objetivo de formar uma totalidade harmônica. É o esforço do intelectual público conservador com a intenção de forçar a modernização sem tocar na

mudança sensível das estruturas de dominação tradicional. Nessa interpretação, os contrários se justapõem e convivem em harmonia (CARDOSO, 2013, 84). A riqueza da nacionalidade está posta nos antagonismos equilibrados de metades confraternizantes. O movimento da história se faz no coração de inúmeros antagonismos contundentes que são, repetidas vezes, amortecidos e harmonizados. A formação brasileira, segundo o autor, tem sido na verdade um processo de equilíbrio de antagonismos, no qual polariza casa-grande e senzala como profundo antagonismo da relação senhor e escravo. A tradição conservadora brasileira alicerça-se sobre o antagonismo do sadismo do mando, que se disfarça como princípio de autoridade ou defesa da ordem. Portanto, é por meio das contradições que no Brasil a vida política se equilibra. O equilíbrio das contradições continua a ser, mesmo na modernidade, uma realidade incontornável. Os antagonismos que se equilibram são percebidos positivamente, pois produzem uma formação social mais democrática (FREYRE, 2004, 115-116). Nessa leitura, os antagonismos socioeconômicos, culturais e raciais configuram-se em uma paisagem nacional harmônica que faz mudança conservando as forças contrárias.

Em Gilberto Freyre a noção de equilíbrio dos contrários é a base da interpretação do Brasil. É o modo de apreensão do real, das práticas sociais e políticas da formação da nacionalidade na América Portuguesa, pois é herança de Portugal. O equilíbrio dos contrários descreve a paisagem luso-tropical, quadro interpretativo visto por ele como característica fundamental da nacionalidade. O Brasil é descrito como campo de conflito entre antagonismos, permeado por violência física e simbólica. Há na noção de equilíbrio dos contrários dois polos antagônicos que resultam em harmonia e consenso. O país, desde sua formação, seria constituído por uma democracia centrada na fraternidade, em detrimento da igualdade. Ele descreve, minuciosamente, diversos antagonismos em Casa-grande & Senzala, que coexistem com atos de confraternização entre senhores e escravos a fim de sublinhar que há tanto conflito quanto equilíbrio nas relações sociais brasileiras (BURKE & PALLARES-BURKE, 2009, 99). Se o Brasil imaginado pelos positivistas dos trópicos subtraiu, pragmaticamente, o amor do arcabouço filosófico de Auguste Comte com a finalidade de aplicar a política da ordem

e progresso na Primeira República, Gilberto Freyre, em sua invenção da nacionalidade, agarrou-se na fraternidade como única promessa de modernização da nação, naturalizando as desigualdades estruturais da nação. Isto é, o outro Brasil que vem aí, descrito também no belo poema do autor, está amarrado ao passado luso-tropical, porque é brasileiro. Nos versos, a modernização será obra de mãos livres e fraternais, mas mãos desiguais (FREYRE, 2004). A nacionalidade está condenada fraternalmente ao conceito de equilíbrio dos contrários. Nessa perspectiva, o turbilhão modernizante passa com a força de um ciclone, malgrado pouco altera a paisagem que se formou no Brasil Colonial.

A obra *Casa-grande & Senzala*, mesmo atuando como meio de legitimação estruturas de poder vigente, marca substancialmente uma ruptura progressista com as interpretações anteriores do Brasil a partir de uma leitura positiva da mestiçagem e dos negros escravizados para a formação da nação. Gilberto Freyre rompe com o naturalismo dos velhos intérpretes da sociedade brasileira como Sílvio Romero, Euclides da Cunha e Oliveira Viana. Nesse sentido, a obra representa um passo significativo de avanço dos seguimentos liberais dos anos 30, deslocamento contraditório de forças conservadoras com elementos avançados. Ela estava em sintonia com as mudanças da Era Vargas. Tempo de fabricação ideológica e concreta do Brasil nacional. Tarefa irrealizável sem a presença militar. Na interpretação de Gilberto Freyre são os militares que atuam como força de coordenação dos contrários com a intenção de alcançar o equilíbrio dos antagonismos inerentes em nossa formação nacional. Aqui é possível traçar uma bifurcação entre a obra *Casa-Grande & Senzala* e *Raízes do Brasil*. Gilberto Freyre concebe uma democracia conservadora, na qual a coordenação das forças contraditórias está sob a égide militar, que as dissolve no equilíbrio dos antagonismos. Diferentemente, Sérgio Buarque de Holanda centra sua interpretação do Brasil na ação do povo. É a força capaz de superar nossas contradições profundas. Sua obra abre caminho para movimentos democráticos, superando preconceitos elitistas e a ideia de povo como massa de manobra de políticos carismáticos (CANDIDO, 1995, 23-24). São obras essenciais, pois carregam mensagens políticas que traduzem nossa genealogia

política contemporânea. Clássicos que inferem presença aqui e agora. O Brasil desde o pós-guerra carrega, em larga medida, dois campos político-ideológico, que quando no meio do furacão da modernidade, diante dos conflitos estruturais que exigem alteração da ordem, apresentam comportamentos distintos: os conservadores acionam o aparato militar com a finalidade de coordenação dos antagonismos e manter o equilíbrio dos contrários, enquanto que, nas mesmas condições e cenário, os progressistas se inclinam por solução democrática com base popular com o intuito de superar nossos antagonismos estruturais.

Raízes do Brasil é clássico. É escrita que estabelece linhas que perpassam o Brasil do passado ao futuro. Há na obra uma crítica profunda às estruturas culturais e políticas de dominação, o que a torna élan intelectual para movimentos democráticos. Em substância, Sérgio Buarque de Holanda direciona suas ideias a uma interpretação do país que o transforme radicalmente e supere suas contradições e formas de dominação. A visão progressista do autor está distante da composição de luta de classes e revolução proletária. É pensamento liberal-democrático. O conceito que aporta a interpretação é o de “homem cordial”. A cordialidade é o que compõe o corpo nacional. Longe de indicar afeto, essencialmente positivo, o homem cordial está agarrado em teias consistentes de relações emocionais no núcleo familiar e no grupo de amigos e inimigos. É o oposto do homem moderno weberiano, visto que está amarrado à emoção e distante da razão abstrata da modernidade (CARDOSO, 2013, 139). E a mudança radical está na superação do personalismo e do patrimonialismo derivados da constituição da tipologia do ser cordial. E será, objetivamente, a democracia que impulsionará a transformação social e política. A modernização com a urbanização e industrialização aumenta as contradições políticas e abre caminho à possibilidade de mudança democrática. Em poucas palavras, o homem cordial não é a essência da nacionalidade, mas uma tradição de longa duração que deve ser superada no futuro.

De fato, Sérgio Buarque de Holanda, desde sua mocidade, demonstrou profundo comprometimento com a democracia, apresentava consciência política no campo de esquerda moderada. Ele combateu publicamente as duas longas ditaduras brasileiras do

século XX. No capítulo final da obra *Raízes do Brasil* inflexiona com a longa tradição da história intelectual do país, ao inserir a massa popular com papel protagonista na vida política nacional. Foi o primeiro historiador que tornou imperativa a demanda de arrastar o povo à ação política. Ideia que infere mensagem política de radicalismo democrático. O autor encerra sua obra lançando linha interpretativa das estruturas do passado para o presente e o futuro do país, registra o movimento histórico que abre as portas da democracia com a crise do poder das oligarquias rurais. Pela primeira vez elabora-se interpretação do Brasil a partir da temporalidade do imediato apontando perspectiva de futuro em uma visão dialética, posta entre o horizonte democrático e o perigo de autoritarismo (CANDIDO, 2008, 34-35). A abolição da escravidão marca uma alteração importante no quadro político nacional com a presença de revolução lenta que registra a história das mudanças sociais e econômicas no Brasil. Ao contrário das revoluções burguesas e proletárias que formam acontecimentos de ruptura rápidos, bruscos e profundos, a revolução brasileira é fruto de processo demorado, de mudança superficial e de tempo longo (HOLANDA, 1995, 171-172). O fim da escravidão abriu o país ao incremento modernizante e à ampliação da margem de integração democrática. A revolução brasileira compõe processo lento de superação das formas arcaicas que persistem desde o primeiro ato da revolução posto com a independência. Nessa perspectiva, vivemos entre dois mundos, em que as formas de dominação tradicional, lentamente, agonizam diante de Brasil democrático e moderno que, na temporalidade lenta, vai assumindo posição. O ano de 1888 libera, lentamente, os freios tradicionais que inviabilizavam o advento de uma nova ordem nacional.

A modernidade é o turbilhão de transformações e mudanças de toda a ordem. A história do Brasil foi apanhada no final do século XIX e XX por forças universais da modernização. De fato, a abolição da escravidão brasileira abre o país para vivenciar as contradições do processo modernizante com maior amplitude. A publicação das obras *Casa-grande & Senzala* (1933) e *Raízes do Brasil* (1936) ilustra o cenário modernizante diante do colapso da República dos Fazendeiros, no qual o conflito é inexorável. As interpretações, no ambiente de relações tensas de poder, também são parte do conflito

político que se insere no movimento de liberação das forças modernizantes. Os autores que interpretam a nação e a nacionalidade, do mesmo modo, também interpelam a realidade política a fim de construir o novo Brasil. São intelectuais públicos que produzem e reproduzem ideias e políticas de transformação do país. Segundo Sérgio Buarque de Holanda o conflito é constitutivo da sociedade moderna. É o que empurra a nação à ruptura com os laços tradicionais de patrimonialismo e patriarcado. Em leitura oposta, Gilberto Freyre concebe o conflito como anomalia, que exige imediata correção, pois a sociedade brasileira carrega formação social fraternal e os antagonismos se resolvem a partir do equilíbrio (BASTOS, 2008, 241). Os autores partem da mesma questão de época: contexto modernizante dos anos 30, os conflitos e as transformações do Brasil no futuro. São duas respostas distintas: uma que olha na direção do passado colonial como cultura incontornável da formação social brasileira e outra que reivindica a liberação da energia popular e da democracia com objetivo de superação do homem cordial que impede nossa plena modernização.

Gilberto Freyre: Nação e Exército

As conferências apresentadas no interior da caserna, sobretudo as realizadas por intelectuais importantes, podem ser objeto de leitura crítico-sensível com a finalidade de compreender a história das instituições fardadas e a relação civil-militar em determinado cenário nacional. De forma que é possível inferir como a instituição pensa a partir do modo de produção de ideias que circulam internamente. Auditórios inflacionados de oficiais superiores e generais absorvendo ideias de civis e militares criam, em larga medida, condições para fomentar coesão na tropa e caminho de modernização constante. O fluxo dos temas indicia a demanda e a preocupação epocal do alto comando. Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda foram convidados à realização de conferências quando o Estado brasileiro estava presidido por generais e o tema foi de mesma identidade: nação e nacionalidade. Por certo, há controle social, ou melhor, institucional da cognição. A escolha dos temas e dos conferencistas estão, objetivamente, imbricadas ao modo de produção e controle da cognição castrense. A

uniformidade do pensamento dos grupos sociais é conferida e fixada pelas instituições. São os aparatos cognitivos, espaços de produção de saber e conhecimento, que estabelecem a própria existência ordinária e burocrática das instituições (DOUGLAS, 2007, 62-63). Nação e nacionalidade são temas fundamentais à coesão e uniformidade castrense. Os conferencistas, ao adentrarem no espaço militar, tiveram que descrever sua interpretação do Brasil no limite do horizonte castrense. Em substância, o que pensam os militares é de ordem distante dos civis, mas diferentemente dos paisanos, os militares, como um vampiro, sugam o sangue da sociedade civil com o propósito de constituir fortaleza institucional total. É por isso que o fluxo de conferencistas militares nas instituições civis é baixo quando comparado ao de civis nas instituições castrenses.

A conferência Nação e Exército de Gilberto Freyre proferida na Escola de Comando do Estado-Maior do Exército por convite do diretor-comandante general Tristão de Alencar Araripe, no dia 30 de novembro de 1948 foi publicada no ano seguinte. Não foi a primeira conferência do autor na instituição militar. Há afinidade e recepção militar ao pensamento do intérprete do Brasil de Casa-grande & Senzala, por forte identidade cognitiva ao conservadorismo. A transformação moderna das instituições militares carrega controle cognitivo inclinado ao realismo conservador (HUNTINGTON, 1996, 96). Em outras palavras, pensamento pessimista frente à mudança rápida e profunda da sociedade. Concerne à visão militar que refuta qualquer alteração brusca da ordem tradicional, por interpretá-la como fruto da árvore do comunismo e, conseqüentemente, ameaça à segurança nacional. As palavras do conferencista seguem sua coerência metodológica, ou seja, a relação nação e Exército é apresentada a partir do equilíbrio dos contrários. A conferência oferece ideias para a ação militar sobre a nação de forma a assegurar o equilíbrio dos antagonismos nacionais.

Gilberto Freyre refuta a mania de grandeza militar que imagina a solução castrense como único remédio aos problemas nacionais. Quando ocorre tal proposição demonstra que o militar se tornou militarista. O militar deve disciplinar-se a fim de não cair no canto ideológico do militarismo, pois, consoante o autor: “o soldado moderno resguarda-se do perigo de extremar-se em militarismo” (FREYRE, 1949, 9). As guerras

totais resultaram na ampliação cognitiva do interesse militar por saberes e temas sociais outrora de monopólio da sociedade civil, o que pode levar à ideia de que problema civil se resolve *manu militari*. Para evitar o desequilíbrio é fundamental o senso de responsabilidade e de disciplina, condição *sine qua non* da existência de exército moderno. Todavia, ao reconhecer a necessidade de disciplina, não podemos perder o equilíbrio a ponto de caminharmos na direção do culto exclusivo da Ordem com “O” maiúsculo que enxerga em toda espontaneidade um mal (FREYRE, 1949, 12-13). Em síntese, há aqui a refutação do Estado Totalitário. Diante das transformações do pós-guerra, de época de diversas e contraditórias revoluções há a necessidade de um novo tipo de homem que consiste na capacidade de existência em equilíbrio de forças inconciliáveis. Ele retoma a premissa maior da obra publicada em 1933, isto é, equilíbrio dos contrários com o intuito de caracterizar a nação brasileira:

Isto por oferecer o brasileiro, como todo povo mais ostensivamente mestiço em seu sangue ou em sua cultura, como todo povo de formação principalmente europeia em luta de adaptação às condições de vida civilizada em meio tropical, o espetáculo de uma maior fluidez e de uma maior plasticidade de espírito e de corpo, — de pessoa, enfim — favoráveis a equilíbrios de antagonismos que dificilmente imaginaríamos entre povos relativamente puros ou estáveis na raça e na cultura; ou dentro de condições relativamente fixas — fixas há séculos — de convivência humana e de adaptação do homem ao meio físico (FREYRE, 1949, 14).

A descrição da nacionalidade brasileira elaborada por Gilberto Freyre, é de povo plural no sangue e na cultura, que convivendo dentro das mesmas condições tropicais e sociais tende a romper com as fronteiras de raça e de classe, o que resulta na formação de sociedade baseada na tolerância dos contrários, ou melhor, no equilíbrio de antagonismos (FREYRE, 1949, 15). Eis o relato da tradição brasileira, de cultura perene, como o rio que corre ao infinito. Porém, o conflito de raças e de classes é inerente à própria modernidade. Não há como tangenciá-lo, sobretudo, no pós-guerra. Em tempos de alta modernidade, em que o Estado conduz o projeto moderno e a sociedade civil exige aprofundamento da democracia, os antagonismos são constantes. Nesse quadro

contextual, o autor apresenta em sua conferência, para oficiais superiores e gerais, o elemento que atua como força de coordenação dos contrários. É a peça fundamental que visa dirimir os excessos políticos e sociais. Paradoxalmente, é a máquina da violência que pacifica os conflitos em nossa nacionalidade. É a mão amiga e o braço forte com sua função moderadora de antagonismos, que reverbera no tempo presente. As palavras proferidas na conferência são seminais ao cultivo em solo conservador, porque contribuem na ampliação e naturalização da interferência militar sobre a sociedade civil com a intenção de subtrair antagonismo que, por seu excesso, ameaça alterar o curso do rio que corre em seu equilíbrio natural. Consoante o texto da conferência:

O Exército, por uma espécie de intuição que entre alguns dos seus líderes mais esclarecidos data de dias remotos, de sua responsabilidade antes de coordenador pacífico que de ordenador violento e arbitrário dos contrários da vida nacional, vem principalmente acompanhando, entre as várias tendências brasileiras, as que parecem mais de acordo com as aspirações e necessidades gerais do Brasil (FREYRE, 1949, 16-17).

Grosso modo, a função do Exército, atribuída por Gilberto Freyre, é semipatriarcal. Pertence à arquitetura tardia de poder na qual um poder superior impõe de forma verticalizada a força com o intuito de assegurar o equilíbrio dos antagonismos. A visão de que a sociedade brasileira ainda compõe a imagem de uma grande família, na qual o aparato militar representa a figura moderna e democrática do pater-família, que intervém com a finalidade de manter a coesão social. É o olhar antropológico sobre a família que mobiliza o autor. A família é a chave para a compreensão das características singulares do desenvolvimento social do Brasil (BURKE & PALLARES-BURKE, 2009, 84). É a partir de construção de micro-história do cotidiano familiar do Brasil patriarcal que emerge sua leitura do Estado e da macro-relação de poder na modernidade. Nessa inferência, a sociedade civil vive na minoridade política e o único poder que pode assumir a forma de elemento ordenador dos contrários é o Exército. A

solução semipatriarcal é o ponto de equilíbrio das forças antagônicas do patriarcado e da democracia moderna. Segundo o conferencista:

[...] Desde os primeiros dias da República o Exército brasileiro, uma vez decididos os seus líderes a desempenharem sucessiva ou frequentemente os papéis de “Pais”, de “Protetores”, de “Marechais de Ferro” – de “Aço” – sob os aplausos, ou de acordo com os desejos, de grande número de brasileiros, ainda dominados pelas sobrevivências, no seu espírito, da formação familiar patriarcalista que foi a de quase todos nós. Os líderes militares mais esclarecidos é que, a esses papéis, têm, quase sempre, preferido o de coordenadores das forças nacionais no sentido de uma organização menos paternalista e mais democrática das instituições políticas e econômicas entre nós [...] (FREYRE, 1949, 19-20).

Gilberto Freyre aplica, com exemplos, o conceito do Exército como o de coordenador dos antagonismos nacionais em dois momentos importantes de ruptura da história brasileira: a abolição do trabalho escravo e a abertura democrática após o Estado Novo. São, sem dúvida, dois acontecimentos importantes que arrastaram o Brasil na direção do mundo contemporâneo. O trabalho livre e a democracia de massa, mesmo em doses homeopáticas no Brasil conservador, introduziram nas relações de poder pautas sociais e de autonomia nacional. O conferencista destaca a importância do elemento militar nesses acontecimentos como força de equilíbrio dos antagonismos com o intuito de demonstrar sua tese. Cita a resistência de oficiais superiores do Exército ao papel tradicional de perseguir e capturar negros escravizados. Em sua leitura, a postura militar revela acuidade na percepção de que se tratava de ato indigno contra negros tão brasileiros quanto seus senhores. Logo, os militares provocaram a antecipação da questão servil, graças ao grau de sensibilidade frente aos problemas nacionais. É o Exército da nação, que age no estreito interesse nacional. Situação de significado semelhante, na qual o Exército atuou no mesmo movimento de defesa dos interesses nacionais, foi na ação de outubro de 1945, que interrompeu a ditadura do Estado Novo. Quando, segundo o autor, já havia esgotado toda a capacidade de Vargas de contribuir para o bem público. Como resultado de sua transformação em ditador, jogando a política nacional ao campo do desequilíbrio (FREYRE, 1949, 22-23). Nessa

interpretação dos acontecimentos, o Exército – que outrora atuava ao lado dos fazendeiros de escravos e do ditador no Estado Novo – se transfere de lado no momento de alteração do fluxo do interesse nacional. É a força nacional que se movimenta na direção do equilíbrio dos antagonismos.

A interpretação concerne a uma visão idealizada do Exército brasileiro, visto que mesmo quando comete erros, como o acontecimento de Canudos, constitui erro antes da condução política das elites brasileiras do que propriamente da instituição militar. Gilberto Freyre critica a inclinação das elites civis que imaginam a solução de todos os problemas nacionais por meio militar ou policial. Nas palavras do conferencista: “[...] o de pretendermos resolver tudo que é problema nacional – [...] o de mudança de regime político, o de defesa contra o comunismo, [...] o do petróleo – militar ou policialmente pela força [...]” (FREYRE, 1949, 25-26). Porém, não há refutação peremptória à presença de interesse militar nos temas e problemas civis, pois na realidade o autor busca o equilíbrio civil-militar. O Exército é descrito pelo autor como a única força organizada nacionalmente no meio de muita desorganização, realidade percebida por todos os brasileiros. Todavia, como a sociedade civil prefere o caminho fácil do comodismo, imagina como solução a militarização dos problemas nacionais. E nação desorganizada não é nação: é apenas paisagem ou simulacro de nação. Uma nação não deve ser um campo de manobra militar (FREYRE, 1949, 30-31). A maioria da sociedade civil será conquistada ao superar o comodismo da solução pela força castrense e assim compreender as questões nacionais em seus múltiplos fatores e não apenas restrito à ordem militar ou policial. Conforme palavras do conferencista:

Sinal evidente de povo socialmente enfermo é o fato do seu exército ser a sua única força organizada a ponto das outras forças nacionais renunciarem algumas de suas responsabilidades mais nitidamente civis, abdicando-as nas mãos dos chefes militares. Uma nação que viva parasitariamente das iniciativas e das realizações do seu exército e dos remédios heroicos que o exército lhe forneça para as suas deficiências de organização civil, será antes uma sub-nação dominada por um super-exército que uma nação normal e saudavelmente completada por um exército necessário, essencial, indispensável (FREYRE, 1949, 33).

Efetivamente, o conferencista descreve uma sociedade civil desorganizada que tem como única referência de organização nacional o Exército brasileiro. Os processos modernizantes na era do capitalismo são também processos militarizantes. Contudo, os países periféricos transformaram como experiência histórica, ao longo do século XX, o sonho militar de sociedade. Em outros termos, o sonho da sociedade perfeita inspirada no paradigma militar passou a ser projeto de nação. A descrição de Michel Foucault (1987, 142) desse sonho moderno de sociedade, na qual o homem de guerra e seus saberes disciplinantes são referência à docilidade automática da população, está, também, posta no projeto de nação imaginado por Gilberto Freyre a partir da seguinte solução:

Diante de uma situação como a que se vem definindo no Brasil – a de um exército organizado ao lado de atividades civis que continuam, quase todas, desorganizadas – a solução é claro que não deve ser a de desorganizarmos também o Exército para que tudo se iguale ou se democratize na desorganização. Ao contrário: a solução que se impõe é a de procurarmos imitar o exemplo do Exército nas zonas de atividade civil, organizando tão bem quanto ele as demais forças nacionais. Forças de que ele possa continuar a ser o coordenador em épocas de desajustamento mais agudo entre regiões ou entre subgrupos nacionais (FREYRE, 1949, 33-34).

O Exército nessa perspectiva assume a forma de espírito absoluto que carrega a nação às veredas da liberdade e da democracia. Ele é força de coordenação de contrários e, também, o modelo de nação. Nesse sentido, a formação da nacionalidade brasileira não aparta povo e Exército, impossível separar um do outro sem sangrar o todo. Afinal, segundo Gilberto Freyre (1949, 49): “toda nação moderna é o que necessita ser: uma organização em que o exército e as demais atividades nacionais se completem”. A interpretação do Brasil contemporâneo apresentado na conferência insere o Exército como sonho militar de sociedade, a paisagem perfeita, que pacifica os antagonismos nacionais e é a única referência de organização para a sociedade civil. O Brasil moderno é a de democracia isolada do processo conflitivo da própria modernidade, graças ao senso de coordenação dos contrários que, estranhamente com

o uso da violência, pacífica o corpo nacional. De fato, o intelectual público conservador, além de interpretar o país, interpela a realidade com a intenção de realizar o sonho militar de sociedade que está acorrentado ao Brasil Colonial de casa-grande e senzala, porque julga conservar uma história de opressão, paradoxalmente, fraternal na longa duração cultural.

Sérgio Buarque de Holanda: Nacionalidade e Democracia

Para Mary Douglas (2007, 66): “[...] é ingenuidade tratar a qualidade da uniformidade que caracteriza os membros de uma classe como se ela fosse uma qualidade inerente às coisas como poder de reconhecimento inerente à mente”. Vale o mesmo para a instituição militar. A uniformidade e a coesão cognitiva são construções que operam com a sistematização militar de saberes e conhecimentos. As ideias não fluem no auditório repleto de oficiais superiores e generais para serem absorvidas no varejo. Elas circulam para o ordenamento vertical a partir de fluxo hierárquico. É o que explica a presença nas escolas militares de intelectuais públicos com ideias diametralmente opostas ao pensamento orgânico castrense. É o caso, sem dúvida, de Sérgio Buarque de Holanda. Sua conferência, proferida na Escola Superior de Guerra (ESG) em 1967, teve o propósito de apresentar os elementos básicos da nacionalidade do homem brasileiro a começar pela obra “Raízes do Brasil”. Isto é, escavar para alcançar as raízes nacionais impregnadas na profundidade do solo. Consoante palavras do conferencista: “[...] importa sobretudo escavar, as nossas origens, de nosso passado nacional, as verdadeiras razões de nosso presente e – quem sabe? as do nosso futuro, ir enfim sondá-las a partir do que me pareciam representar [...] as suas raízes” (HOLANDA, 2008, 618). A conferência representou a abertura institucional militar a intérprete do Brasil, que busca no passado raízes que possam explicar e superar a ideia de democracia como mal-entendido. Assim sendo, a nacionalidade é uma construção que somente alcançará sua completude com a realização de efetiva democratização do país e, objetivamente, será obra da massa excluída no sentido radical de nação. Ideia

que escapa do sonho militar de sociedade que persiste na caserna como realismo conservador.

De fato, Sérgio Buarque de Holanda inicia sua escavação nos anos 30, em tempos extremos e de nacionalismo nocivo à democracia. Ele traça sua interpretação nova do Brasil, os elementos de nossa nacionalidade para interpelar a realidade política do país na temporalidade do presente. A obra foi uma crítica fundamental ao fascismo que avançava na Europa e a sua variante tropical, o integralismo. Na conferência de 1967, diante de quadra histórica de ditadura militar, suas palavras são desconfortantes, visto que deixa evidente o ponto central do conjunto da fala: a democracia. A formação da nacionalidade do homem brasileiro passa por uma transição, de tempo indeterminado, do passado colonial ao Brasil novo e democrático. Sobre sua obra clássica “Raízes do Brasil” afirma que o núcleo do texto, parte que ainda considera válida, consiste na atração frequente exercida pelas ditaduras na política brasileira. Já nos primeiros momentos de fala procurou distanciar-se do conceito de “cordialidade” – aplicado por ele para caracterizar o homem brasileiro – com uso de frase lacônica: “[...] às vezes receio sinceramente que já tenha gasto muita cera com esse pobre defunto” (HOLANDA, 2008, 619-620). Assim, a conferência, sem negar os traços de continuidade, procurou historiar o conceito e a prática de democracia no Brasil como movimento e transformação. Sobretudo, a partir de Vargas, momento no qual foram vivenciadas transformações importantes de modernização que, lentamente, passaram a alterar a paisagem tradicional.

Desde a independência até a Revolução de 1930 pesou sobre o homem brasileiro, conforme Sérgio Buarque de Holanda, seu passado colonial. É a acomodação das elites que preteriu à mudança democrática. O conceito de democracia no país está distante de seu significado contemporâneo. A história política do Brasil na longa duração foi a de participação política de uma tênue minoria. A massa popular foi inerte e silenciosa. No período imperial a palavra “democracia” não gozava de crédito político. Com a emergência da República, por quarenta anos, pouco alterou a paisagem política nacional, a participação política na democracia republicana ainda esteve próxima do

período imperial, cerca de 2%, visto que analfabetos não participavam do sufrágio eleitoral. Contudo, a Era Vargas, com suas transformações estruturais, ampliação da escolarização e crescente urbanização, ampliou, mesmo ainda excluindo os analfabetos, o percentual de eleitores. Nas eleições dos anos 60, havia aproximadamente 20 a 22 votantes para cada 100 habitantes. É por isso que o conferencista afirma: “[...] no meu entender, a grande, a decisiva fratura na história do Brasil contemporâneo não se situa em 1889, mas em 1930” (HOLANDA, 2008, 627-629). Por falta de apoio das elites tradicionais do campo e da cidade Vargas foi procurar apoio nos setores mais amplos e nas bases populares, inexploradas até então. É fato que os novos laços políticos, a começar em 1930, ampliaram a política nacional e as transformações estão inscritas nos mais autênticos padrões democráticos. Entre 1930 e 1955 o conjunto de eleitores decuplicou-se diante de crescimento populacional que mal duplicara. A extensão do voto para o conferencista representou a descentralização das prioridades políticas criando reformas consideráveis para camadas baixas, como a legislação social e leis de proteção aos trabalhadores. São avanços que inflexionam a partir de 1945 a base de apoio de Vargas: dos militares para o povo. De personalidade complexa, Vargas encarnou o homem providência que guiava as massas, o que degenerou parte dos avanços rumo à democracia. Nas palavras do conferencista:

O resultado foi que, conservadas essas massas, assim, na dependência do poder mágico de um homem – ou de outros que porventura lhe seguissem os passos –, era como deixá-las em estado de menoridade ou de imaturidade para seguir os rumos naturais (HOLANDA, 2008, 632).

No entanto, Sérgio Buarque de Holanda repreende a leitura política que desconsidera completamente o efeito de Vargas sobre a política nacional, ou melhor, negligencia as conquistas democráticas em nome do combate ao paternalismo político. O Brasil vivencia, desde sua independência, desequilíbrios políticos decorrentes, fundamentalmente, dos desequilíbrios econômicos e sociais dos quais impedem a emergência do “homem brasileiro”, corpo alijado e desconhecido como força ativa e

produtiva na vida nacional. E é a democracia que superará a enorme dissociação entre as elites e o povo. Será tarefa extremamente difícil de superação, pois estão nas raízes profundas de nossa formação nacional. Mesmo diante de realidades regionais distintas nos ritmos de modernização e urbanização, há forte imobilismo geral em decorrência da permanência dos padrões culturais coloniais e rurais que atravessam o tempo, mesmo nas cidades cosmopolitas. As mudanças atuam com maior lastro na superfície do que na profundidade das estruturas sociais. No encerramento o conferencista enfatiza sua crença acerca do trabalho político e intelectual das gerações atuais a fim de desencadear rumos novos a nossa sociedade:

[...] O que acredito possível às gerações de hoje é que tenham plena consciência daquilo que nos falta ainda para que a democracia autêntica não permaneça apenas uma permanente e vaga aspiração. Reconhecer erros passados, denunciá-los francamente, tentar honestamente superá-los, em vez de os querer resguardados à força como sagrada relíquia de eras extintas, já é um modo de acertar, e isto está ao nosso alcance. Por esse caminho, o homem brasileiro haverá de enfim realizar-se integralmente, e não pelos caminhos indicados por uma tênue minoria que, julgando representá-lo, em verdade o esmaga e o dissimula (HOLANDA, 2008, 636-637).

Ao término do texto da conferência, o contexto autoritário-castrense no qual vivia o país e a posição de fala, frente a frente a homens fardados no auditório da Escola Superior de Guerra, são fatos incontornáveis para a compreensão do pensamento proferido pelo autor do clássico “Raízes do Brasil”. A escolha militar do conferencista, certamente, não foi ao acaso. O tema “O Homem” dentro de ciclo de palestras sobre “Elementos Básicos da Nacionalidade” revela sofisticada estratégia da máquina cognitiva militar com o intento de elaborar uma nova nacionalidade afinada com a modernização articulada à defesa nacional. A ESG teve um papel significativo na formação do pensamento militar que se impôs como governo militar sobre a sociedade civil a partir de 1964. O clima da conferência carregava uma paisagem autoritária, os quatro Atos Institucionais são emblemáticos, a democracia já era, infelizmente, em 1967 um grande mal-entendido e, principalmente no meio militar, havia forte oposição

à herança política de Vargas. Portanto, foi uma fala a contrapelo do pensamento militar institucional (FURTADO, 2018, 363). O conferencista centrou suas palavras em tema delicado da formação nacional brasileira: a transformação democrática como condição fundamental para a existência do homem brasileiro. Enquanto Gilberto Freyre imbricava Nação e Exército para “o outro Brasil que vem aí”, em perspectiva progressista, Sérgio Buarque de Holanda impunha a relação nacionalidade e democracia.

Sem dúvida, os dois conferencistas apresentaram palestras, distantes antes pelo tempo do que pela conjunção histórico-político, que bifurcam, além das interpretações, interpelações sobre a realidade política brasileira. Gilberto Freyre naturalmente observou o acontecimento de emergência política dos militares como de uma revolução. Para ele, Castelo Branco era um personagem “admirável”. Ao contrário, Sérgio Buarque de Holanda, desde o início do golpe de 1964 teve postura de resistência intelectual e política. Ambos assumiram a posição de intelectuais públicos e suas teses interpretativas, também, interpelaram o fluxo da realidade política nacional. É inapropriado imaginar o aceite de conferencista civil progressista como o de incoerência intelectual, por ser convite de militares em tempos de autoritarismo castrense, ou mesmo por constrangimento, fruto de provável perseguição ideológica, pois da mesma forma que a motivação militar de formulação do convite teve intenções conscientes da própria instituição, o aceite representou espaço importante para apresentação de ideias de intelectual público que fala pelos outros: o homem brasileiro, que ocupará posição protagonista no Brasil novo e democrático imaginado por ele.

Considerações Finais ou Sobre o Sonho Militar de Nação

Para Frank McCann (2007, 19): “a história política do Brasil republicano é a história do crescimento da nação-Estado brasileira. O Exército, como única instituição nacional, foi um ator central dessa história”. Efetivamente, na formação do Estado-nação brasileiro, o Exército jogou papel antes político do que mero instrumento institucional de aplicação da força. Dessa forma, o sonho militar de sociedade, que na

modernidade representou a referência paradigmática, no Brasil o sonho militar de sociedade foi projetado como realidade político-militar. O processo de modernização do Exército, isto é, a política de profissionalização – que consiste na constante militarização do militar – foi *pari passu* ao de construção do Estado-nação na Era Vargas. A instituição castrense teve participação ativa, principalmente no Estado Novo. O Exército não foi um mero instrumento utilizado, amiúde, pelo Estado Autoritário, uma vez que atuou como ator-protagonista. A presença de general à paisana e eleito presidente, após a queda de Vargas, no ambiente da conferência de Gilberto Freyre, demonstra a continuidade militar no governo da república brasileira. Dutra foi o fruto da ruptura castrense com a política de Vargas, porém, fruto da árvore proibida que expulsa a sociedade civil do poder de Estado subordinando-a ao poder militar. Na conferência de Sérgio Buarque de Holanda, o cenário político do país era de ditadura, dos primeiros passos na construção da República Militar. Em síntese, a instituição acumulou potência para realizar o sonho militar de nação a partir do controle completo da sociedade civil. As conferências dos maiores intérpretes do Brasil dos anos 30, nas principais escolas militares do Exército, são fundamentais para a compreensão dos traços de aproximação e distanciamento sobre o tema nação e nacionalismo no bojo da máquina cognitiva castrense, visto que é a partir desses traços que os militares produziram e reproduziram seu capital cognitivo.

Em 1937 o relatório do Estado-Maior do Exército (EME) afirma: “a guerra hoje é total. A nação inteira é mobilizada. A mobilização nacional é integral. [...] E sendo assim, é preciso criar-se um espírito novo dentro de uma organização nacional nova” (ESTEVEZ,1996,197). Nessa perspectiva, a nação é o campo social total de mobilização para a guerra. Logo, o país necessita de um novo espírito integrador e de Estado-nação que quebre os regionalismos para abrir espaço ao nacional. O Estado Novo abre as portas para a construção do sonho militar de nação com investimentos no aparelho de guerra e na valorização do homem fardado. As estruturas de produção cognitivas passaram a forjar educação militar para assumir a vanguarda desse espírito novo de nação. O coronel José Pessoa foi equivalente ao Capanema no meio militar levando a

cabo a reforma do ensino na caserna. Ele inventou tradições que ainda estão firmes no Exército de hoje. No primeiro boletim aos cadetes apresenta o Exército como ossatura da nacionalidade e o responsável pela salvação da nação (CASTRO, 2002, 38-39). Nação e nacionalidade são elementos ideológicos e identitários de constituição das subjetividades militares para a guerra, entretanto, no Brasil republicano, o uso desses conceitos na tropa é, eminentemente, político. O Exército é a ossatura, isto é, a estrutura da nacionalidade e somente ele pode salvaguardar a nação. Nesse espírito novo de nação, o Exército opera como ator principal.

Na contextura dos anos 30 foi formulada como projeto político-militar a ideia de que o Exército é o guardião da ordem interna nacional, porque a instituição é isenta de paixões e de ódios e é assim que é vista pela sociedade civil e é por isso que há confiança nos militares. Trata-se de Exército endocolonial, que atua para a coordenação do exercício de poder a uma elite branca e patriarcal. As palavras foram coletadas de documento assinado pelo Ministro da Guerra, general Eurico Gaspar Dutra, nos primeiros momentos do Estado Novo, no qual aproxima laços com Gilberto Freyre. É o senso de coordenação dos contrários, que por uma espécie de intuição dirime “pacificamente” os antagonismos da sociedade civil (FREYRE, 1949, 16). No sonho militar de nação, há o imperativo da ação castrense para controle da ordem interna. Nesse diapasão, o Exército salva a nação porque é a ossatura da nacionalidade, a parte consistente que mantém o corpo social de pé e o movimenta. O conferencista em tela foi intelectual público conservador e, amiúde, colocou sua inteligência a serviço do Exército. Ele foi, basta consultar os documentos, o intelectual tradicional para a política militar antes e depois do Golpe de 1964. A leitura crítica da conferência “Nação e Exército” – que se apropria de sua tese central “o Exército como força que impõe o equilíbrio de antagonismos” – infere que o ponto de equilíbrio do ambiente político-nacional está entre militarismo e democracia popular e é o homem fardado, por intuição, que exerce sua força “moderadora” para superar o conflito inexorável da modernidade. É nessa conjunção de afinidade político-intelectual que se abre horizonte para compreensão da adesão do antropólogo conservador à República Militar (BURKE

& PALLARES-BURKE, 2009, 188-189). Não é tudo. Não foi apenas afeto ideológico, pois Gilberto Freyre teve papel fundamental na política de construção do sonho militar de nação. Sua escrita de interpretação e interpelação do Brasil foi – e ainda é – referência no modo de produção cognitivo-militar. É emblemática a perenidade de suas ideias na caserna, em 2019 a conferência foi reeditada, pela editora Biblioteca do Exército (BIBLIEx), com objetivo estratégico de fazer-falar o “grande mudo”.

A relação entre sociedade civil e militar é marcada, sem dúvida, por influência mútua (MCCANN, 2007, 19). Entretanto, as relações são assimétricas. As trocas são desproporcionais. O militar vive isolado em sua própria sociedade, porque habita uma instituição total. Ele suga a vida civil para o interior da caserna. Ainda assim, não corresponde a uma simples cópia ou estabelecimento de sociedade híbrida, porquanto representa a ressignificação societal para adequação ao fluxo ordinária da vida militar. Logo, a projeção do poder militar sobre a sociedade civil desdobra, necessariamente, significativo grau de militarização. O militar militariza tudo que vê ou toca. À vista disso, a conferência de Gilberto Freyre transcorreu como uma relação coordenada de afinidade ideológica e a de Sérgio Buarque de Holanda atuou a contrapelo do pensamento militar institucional. Exatamente porque o homem brasileiro – que configura a nacionalidade em uma paisagem de futura democracia – está na contramão do sonho militar de nação. As palavras que percorreram sessenta minutos de conferência no auditório da ESG descreveram o universo brasileiro sem qualquer referência à entidade suprema sublinhada pelo antropólogo de Casa-grande & Senzala. Suas ideias foram semeadas em solo infértil à democracia. Não havia mais ilusões, a República Militar no ano de 1967 já demonstrava que o autoritarismo seguiria rumo ao sonho militar de nação. A democracia como condição *sine qua non* à nacionalidade era, naquele momento, desejo malgrado. A realidade estava composta por presença de Estado Autoritário, no qual o poder militar se escondia por de trás de general à paisana com seus Atos Institucionais justificados em nome do combate ao fantasma do comunismo. O conferencista tangenciou os temas poder militar e comunismo, preferiu não gastar saliva.

O sonho militar de nação, no ambiente político da Guerra Fria, desdobrava uma visão militar de democracia. Desde o Estado Novo, a instituição castrense investia em uma gramática político-militar de formação identitária da tropa a partir do amálgama profissionalização e imaginário anticomunista. Assim, com a abertura do mundo Ocidental à democracia, após a derrota militar do fascismo na Europa, a máquina cognitiva adicionou, rapidamente, o conceito ao discurso militar institucional. A visão de democracia para os militares consistia na subtração dos conflitos de classe e de raça que explodiam nas ruas das cidades modernas e na insistência de que a política de esquerda representava vírus letal à ordem e à segurança nacional. Logo, na República Militar as medidas anticomunistas, que representavam, objetivamente, censura e repressão resultavam, paradoxalmente, em ações “pró-democracia”. Em 1966 o EME passou a divulgar no Noticiário do Exército uma série de ações do Estado Autoritário a fim de conter o “perigo vermelho” no espaço do jornal destinado à cultura geral e profissional, na seção que recebeu o título de “Medidas Anticomunistas e Pró-democracia no Brasil”. O general Costa e Silva, Ministro da Guerra, considerou a iniciativa fundamental para informar os integrantes da caserna sobre a política da “revolução” (MORAIS, 2009, 278). Dessa forma, a máquina cognitiva militar transformou Atos Institucionais em medidas de combate ao comunismo e pró-democráticas. A eficiência do aparato cognitivo castrense na consignação de cérebros como fortaleza inexpugnável de negação dos fatos e da própria História da República Militar ainda hoje nos impressiona.

Os discursos militares deixavam evidente que a República Militar veio para fazer a política castrense em tempo longo. Sem qualquer dissimulação, nos primeiros meses da República Militar, o chefe do EME, general Décio Palmeiro de Escobar, apresentou discurso político-militar que sintetizava a visão de democracia do Exército, com as seguintes palavras:

[...] a pureza democrática que a nação almeja é obra a longo prazo. Quando houverem sido eliminados a chaga do analfabetismo que a tolhe o seu desenvolvimento e a envergonha, as dolorosas contingências da miséria e da doença, que a minam e a humilham,

quando cada brasileiro compenetrar-se de quanto deve à pátria em devotamento cívico, lealdade e trabalho, então sim haverá, condições necessárias à prática do regime democrático autêntico, ao desenvolvimento da cultura, ao progresso, à afirmação da justiça social, com igualdade de oportunidade para todos (MORAIS, 2009, 287).

Assim, a contrapelo, Sérgio Buarque de Holanda, fez sua conferência, porque suas palavras refutam as raízes de atração das elites do país por ditaduras e descrevem o porvir de novo Brasil que se formará como nação democrática autêntica a começar pela liberalização do caminho à realização plena do “homem brasileiro”. Em poucas palavras, a nacionalidade e a nação brasileira serão completadas com a democracia em seu exato significado contemporâneo, quando o caminho de alteração da ordem for percorrido pelos excluídos da política brasileira.

As duas conferencias, apartadas no tempo breve da política, sublinham a existência do conflito como acontecimento significativo da modernidade brasileira. Em substância, a cada degrau da modernização o conflito amplia sua intensidade. O Brasil no ambiente político de abertura das escolas militares aos intérpretes da nacionalidade estava vivenciando intensamente os conflitos modernizantes, sobretudo, com a ampliação do acesso político aos trabalhadores alfabetizados. A democracia brasileira parecia estar encontrando seu significado moderno. Para Sérgio Buarque de Holanda o conflito é o resultado das próprias transformações modernas rumo à democracia, em posição contrária, Gilberto Freyre percebe o conflito da modernidade como anomalia, que deve ser corrigida, imediatamente, por meio de ação militar retornando à harmonia e o equilíbrio. São interpretações distintas do Brasil, que bifurcaram e ainda bifurcam o pensamento político brasileiro, pois interpela a relação do poder transformando-a em realidade política. Todavia, são interpretações que vão e vêm, circulam em espiral, no cenário político do país, para o bem ou para o mal. No limite, a história brasileira republicana persegue o dilema de construir uma democracia democrática com base na completa integração e autonomia da sociedade civil ou persistir no simulacro de democracia, isto é, no sonho militar de nação.

Referências

BASTOS, Elide Rugai. **Raízes do Brasil - Sobrados e Mucambo: um diálogo**. IN: MONTEIRO, Pedro Meira & EUGÊNIO, João Kennedy. Sérgio Buarque de Holanda: Perspectiva. Campinas: Editora Unicamp, 2008.

BURKE, Peter & PALLARES-BURKE, Maria Lúcia. **Repensando os Trópicos: um retrato intelectual de Gilberto Freyre**. São Paulo: UNESP, 2009.

CANDIDO, Antonio. **A Visão Política de Sérgio Buarque de Holanda**. IN: MONTEIRO, Pedro Meira & EUGÊNIO, João Kennedy. Sérgio Buarque de Holanda: Perspectiva. Campinas: Editora Unicamp, 2008.

_____. **O Significado de Raízes do Brasil**. IN: HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Pensadores que inventaram o Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

DOUGLAS, Mary. **Como as Instituições Pensam**. São Paulo: EDUSP, 2007.

ESTEVES, Diniz. **Documentos Históricos do Estado-Maior do Exército**. Brasília: Edição do EME, 1996.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 2001.

FURTADO, André. **Das Fortunas Críticas e Apropriação ou Sérgio Buarque de Holanda Historiador Desterrado**. Tese de Doutorado Universidade federal Fluminense: Niterói, 2018.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**. São Paulo: Global, 2004.

_____. **Nação e Exército**. Rio de Janeiro: Olympio, 1949.

HOBBSAWM, Eric. **Nações e Nacionalismos desde 1780**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. **Elementos Básicos da Nacionalidade: O homem**. IN: MONTEIRO, Pedro Meira & EUGÊNIO, João Kennedy. Sérgio Buarque de Holanda: Perspectiva. Campinas: Editora Unicamp, 2008.

HUNTINGTON, Samuel. **O Soldado e o Estado: teoria e política das relações entre civis e militares.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1996.

MCCANN, Frank D. **Soldados da Pátria.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MORAIS, Ronaldo Queiroz de. **O Exército Moderno e a República Militar: Caserna, Política e Tensão.** Tese de Doutorado. USP: São Paulo, 2009.

WEBER, Max. **Conferência Sobre o Socialismo.** IN: FRIDMAN, Luís Carlos. Émile Durkheim & Max Weber: Socialismo. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.

Recebido em maio de 2024
Aceito em agosto de 2024